

## 5TAS. JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA DE LA ASOCIACIÓN URUGUAYA DE HISTORIA ECONÓMICA (AUDHE)

### Simposio 18: Mercado y mundo del trabajo en Uruguay y América: evolución en el siglo XX

#### FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO PAULO: CAFÉ, AÇÚCAR E TRABALHO TEMPORÁRIO. SÃO PAULO, BRASIL (1888-1915)

Cláudia Alessandra Tessari<sup>1</sup>  
[ctessari@gmail.com](mailto:ctessari@gmail.com)

#### 1. Introdução

Este texto tem o objetivo de estudar o trabalho temporário, juntamente com o colonato, como forma de trabalho estruturante das atividades produtivas cafeeira e açucareira durante a formação do mercado de trabalho no Estado de São Paulo (Brasil), após o fim da escravidão, entre 1888 e 1915. No período, o Estado de São Paulo possuía uma economia extremamente dinâmica baseada sobretudo na produção cafeeira e, em menor medida também, nas produções açucareira, algodoeira e de alimentos. No geral, a historiografia dá grande importância para o regime de trabalho baseado no *colonato* nas atividades cafeeiras e açucareiras como forma transitória para o trabalho assalariado em São Paulo, considerando o trabalho temporário como acessório ou residual. No entanto, quando se observa o padrão de trabalho nas lavouras cafeeiras e canavieiras, um fator importante salta aos olhos: a sazonalidade dos trabalhos, que implica no uso também sazonal de importante parcela da mão de obra. Tendo como pano de fundo o padrão de demanda por trabalho (sazonal, intermitente e incerto), este artigo tem o objetivo de relativizar a importância exclusiva do *colonato*, defendendo a ideia de que o eixo estruturante das atividades produtivas cafeeira e açucareira na região no que diz respeito ao trabalho deve ser pensado como um arranjo “*colonato + trabalho temporário*”. Objetiva mostrar que o colonato, sozinho, não era suficiente para dar conta do trabalho tanto em termos quantitativos quanto qualitativos e que o trabalho temporário era também essencial e não acessório e residual.

Quando observamos o padrão de trabalho no mundo rural percebemos que uma característica importante é que ele não é contínuo, sistemático e linear, como é o trabalho nas fábricas. O trabalho da agricultura, por depender demasiadamente das forças da natureza, é dependente do ciclo de vida de cada planta, do clima e da ação do clima sobre as plantas. Isso faz com que ele seja um trabalho descontínuo, com tarefas e ritmos diferentes ao longo do ano agrícola. Em determinados momentos, certas tarefas *têm de ser* executadas; em outros, outras tarefas *não podem ser* realizadas, sob o risco de a plantação ser perdida ou não render bons frutos.

Essa extrema dependência implicava uma alta sazonalidade na demanda por mão de obra na agricultura, condicionando momentos de “mais trabalho” (especialmente nas épocas de *plantio e colheita*, quando a demanda de trabalhadores aumentava) ou “menos trabalho” (como nas épocas dos *tratos culturais*, quando era necessário apenas cuidar do que havia sido plantado, quando, portanto, a demanda por trabalhadores era menor) e, até mesmo, momentos de “vacância” (quando praticamente não se trabalhava).

Muitos autores tocam na questão das exigências sazonais da agricultura quando se referem ao mundo do trabalho durante a escravidão ou durante a transição para o trabalho livre, sem no entanto, relacioná-la com a questão da importância do trabalho temporário já naquele período.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP). Mestre e doutora em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Jacob Gorender, ao descrever as leis que regiam o escravismo colonial, refere-se ao problema da sazonalidade do trabalho como um fator que agravava a *lei da rigidez da mão de obra escrava*: se o trabalho escravo já implicava por si só um problema de inelasticidade da mão de obra, fazendo que a quantidade de trabalhadores não pudesse se adequar aos momentos de pico e alta de demanda por trabalho, a sazonalidade do processo de produção agrícola vinha agravar ainda mais este problema (Gorender: 1990). Fernando Henrique Cardoso também deu atenção à questão da sazonalidade do trabalho, argumentando que a sazonalidade da demanda por trabalho na economia do charque no Rio Grande do Sul implicava na extensão do trabalho do escravo como forma de compensar os momentos de pouco trabalho sendo, dessa maneira, um impeditivo à introdução de inovação tecnológica poupadora de mão de obra (Cardoso: 1997). Alice Canabrava também fez referência ao problema da sazonalidade mostrando que o dimensionamento do tamanho da plantação na lavoura algodoeira em São Paulo durante a escravidão era condicionado pelo quantum de trabalhadores disponíveis para os momentos de pico de mão de obra. (Canabrava: 1968)

Autores que estudaram o período de transição da escravidão do trabalho escravo para o livre e que dão ênfase à questão da sazonalidade e suas implicações no mercado de trabalho geralmente são os que analisaram a agromanufatura canavieira, seja na região Nordeste, seja no estado de São Paulo. Peter Eisenberg mostrou que em Pernambuco, as exigências inconstantes de trabalho na lavoura canavieira, que exigiam maior número de trabalhadores na época do corte e moagem da cana-de-açúcar, implicaram a grande importância do trabalhador temporário (assalariados em geral) para o andamento regular dos trabalhos na lavoura e no engenho já desde a época do declínio do escravismo (Eisenberg, 1977). O fato de a região Nordeste ser formada por subregiões tão diferenciadas em termos de regime pluviométrico, temperatura e vegetação (podendo-se distinguir a *Zona da Mata*, o *Agreste*, o *Sertão* e o *Meio-Norte*) implicaram a formação de dois sistemas de exploração agrária diversos - o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado - que, podemos dizer, têm sazonalidades diferentes e complementares entre si. A importância desta complementaridade e da migração sazonal para a sobrevivência dos dois regimes de exploração agrária foi descrita por Manuel Correia de Andrade (Andrade: 1986).

Na lavoura canavieira paulista do início do século XX, Eliana Terci estudou a utilização conjunta do colonato e de trabalhadores temporários (camaradas avulsos e sob regime de empreitada) como solução para dar conta da transição da escravidão para o trabalho livre. Em um momento em que o mercado de trabalho ainda estava em formação e quando a sazonalidade dos trabalhos na agroindústria canavieira havia sido intensificada pela instalação dos engenhos centrais - que introduziram a inovação tecnológica na fase industrial (quando se fabrica o açúcar) sem a concomitante modernização da fase agrícola - o colonato foi um sistema de trabalho importante para manter a disciplina do trabalhador. A autora também mostra a importância do trabalho temporário, juntamente com o colonato, nas fazendas canavieiras (Terci: 1991).

No entanto, se no estudo da economia canavieira foi dada importância para as exigências intermitentes de mão de obra para a análise da formação do mercado de trabalho, na economia cafeeira, por sua vez, esta questão mereceu pouca atenção. Muitos autores apontaram a questão da sazonalidade da produção de café sem, no entanto, relacioná-la mais acentuadamente ao padrão de trabalho que ela conformava (Beiguelmann: 1917; Dean: 1977; Holloway: 1984; Martins: 1979; Viotti da Costa: 1977). Mesmo Pierre Monbeig, que dedica um capítulo inteiro de seu livro para descrever as diferenças de regimes pluviais no Estado de São Paulo e suas consequências sobre o período e a constância da colheita de café mostrando a intermitência na demanda por trabalho, ao dar seguimento ao texto, não faz mais relações que aquelas feitas naquele capítulo (Monbeig: 1984). Verena Stolcke (Stolcke & Hall: 1983) e Brasília Sallum Jr. (Sallum Jr: 1982) são exceções entre os autores que estudaram a economia cafeeira. Stolcke e Hall, mesmo sem dar ênfase a esta questão, apresentam o sistema de colonato como

um sistema de trabalho que satisfazia a um requisito essencial para um processo de produção que era descontínuo e sazonal: a manutenção de um exército de reserva para as épocas de colheita (Stolcke & Hall: 1983, 113). Sallum Jr. relacionou a permissão dada ao colono e sua família ao cultivo intercalar de alimentos como uma forma de contornar um dos problemas gerados ao capital pela sazonalidade da cultura cafeeira: a garantia da subsistência do colono e do exército de reserva residente no interior da fazenda (representado pela família do colono) nos momentos em que o café não exigia trabalho (Sallum Jr.: 1982, 210).

No entanto, todos estes autores que abordaram, em maior ou menor medida, a questão das exigências sazonais de mão de obra da lavoura cafeeira, não a relacionavam de maneira direta à questão do trabalhador temporário. Esta lacuna na bibliografia veio a ser parcialmente preenchida por trabalhos mais recentes que tratam do tema do trabalhador nacional na cafeicultura do Oeste paulista. Denise Moura analisou como a sazonalidade do trabalho na pequena lavoura de subsistência em Campinas no final do século XIX afetava o modo como os trabalhadores nacionais ofertavam sua força de trabalho para a lavoura cafeeira, mostrando que muitas vezes eles se constituíam nos trabalhadores temporários das grandes e médias plantações (Moura: 1998). Num primeiro trabalho, Maria Lúcia Lamounier relacionou a questão da falta ou abundância de mão de obra para os trabalhos de construção de ferrovias aos períodos de picos de demanda por mão de obra nas *fazendas cafeeiras*. Já num segundo trabalho, a autora relacionou a abundância ou escassez de mão de obra para as ferrovias também a períodos de alta ou baixa demanda por trabalho na agricultura, mas, desta vez à pequena agricultura de alimentos, mostrando que boa parte dos trabalhos era realizada por mão de obra temporária que ia e vinha de uma atividade a outra (Lamounier: 2000; Lamounier: 2007).

Este artigo detalhará os padrões de trabalho na lavoura cafeeira e na agroindústria canavieira, mostrando que ambos eram constituídos de momentos de pico de demanda por mão de obra seguidos de momentos de baixa solicitação de trabalho, gerando a necessidade de arregimentação de trabalho temporário para estruturar a atividade produtiva. Para tanto recortamos uma região da Província/Estado de São Paulo em que o café e a cana-de-açúcar conviveram lado a lado sendo, em conjunto, as duas principais fontes de riqueza da região – o 5º distrito agrônomo do Estado.

Para desvendar a participação *efetiva* do trabalhador temporário no mundo rural paulista utilizou-se jornais de dois municípios: Piracicaba e Itu. Ambos pertenciam ao 5º distrito que, por sua vez, localizava-se no chamado Oeste Velho paulista.

Estes dois municípios guardam semelhanças e diferenças entre si. No tocante às semelhanças, os dois municípios receberam pequena corrente imigratória quando comparado com as áreas do chamado Oeste Novo, e ambos pertenciam às áreas de povoamento mais antigo da província/estado, sendo, por isso, populosos e tendo grande presença de população nacional (branca, mestiça e negra).

Quanto às atividades econômicas, o café conviveu na região em grau de importância com a cana-de-açúcar e o algodão. Piracicaba e Itu pertenceram ao chamado *quadrilátero do açúcar*, formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá, região que, no século XVIII, era responsável pela produção da principal riqueza da província de São Paulo. Quando a cana-de-açúcar passou a ser substituída pelo café em muitos municípios paulistas, ambos os municípios continuaram a produzi-la para o mercado interno (Petroni: 1968; Canabra & Mendes: 1938; Ramos: 2001). Segundo Milliet, o açúcar a princípio e, depois o algodão, conservaram à zona Central um nível elevado de progresso, fazendo com que não se verificasse nela o fenômeno das cidades mortas (Milliet: 1982, 42).

Nas primeiras décadas do século XX, a agroindústria canavieira paulista teve seu crescimento relacionado a sua alta lucratividade (o preço do açúcar se manteve em alta durante os anos imediatamente anteriores e posteriores à Primeira Grande Guerra), à proximidade dos mercados

consumidores e às recorrentes crises de superprodução da economia cafeeira.

Enquanto Piracicaba, no início do século XX, contava com duas das maiores unidades produtivas de açúcar do Estado - o Engenho Central de Piracicaba e a Usina Monte Alegre-, Itu mantinha sua produção em engenhocas mais rústicas, voltadas para a produção de açúcar de menor qualidade e em menor escala e, especialmente para a produção de aguardente (Sobrinho: 1903, 577).

Além da atividade cafeeira, a região era a mais importante do Estado na produção canavieira e algodoeira, sendo Piracicaba e Itu importantes municípios produtores. Também era importante na região, a produção algodoeira:

No 5º distrito é onde melhor florescem as lavouras da canna e do algodão, tornando-se, por isso, essa região o foco das indústrias do açúcar e de tecidos. As mais importantes usinas e fábricas do Estado estão ali instaladas [...] É sobretudo nos municípios de Piracicaba, Capivary e Porto Feliz que a lavoura de canna tem maior incremento, cabendo aos municípios de Itapetininga, Sarapuhy, Tatuhy, Porto Feliz, Sorocaba, Piedade, Araçariguama, Itú, etc. as maiores culturas do algodão... (Sobrinho: 1903, 563)

Além das culturas comerciais (como eram chamadas na documentação da época as lavouras cafeeira, canavieira e algodoeira), ambos os municípios produziam largamente os cereais (milho, feijão e arroz). Mas, novamente, se ambos podiam ser considerados policultores, em Piracicaba a produção era significativamente maior que em Itu, como mostra a Tabela 1.

Piracicaba, no período estudado apresentava uma economia agrícola em crescimento o que se refletia na dinamização da economia urbana, com a expansão da infraestrutura da cidade, dos serviços e pequenas indústrias, Itu, por outro lado, tinha atividade econômica mais reduzida. Além dos dados do *Anuário Estatístico*, apresentados na Tabela 1, a menor atividade econômica de Itu ficou bastante clara também pela leitura dos jornais e dos almanaques dos dois municípios (Silva: 1898; *Almanak de Piracicaba para 1900*).

**Tabela 1 – Pessoal empregado e produção agrícola – Itu e Piracicaba – 1904**

		<b>Itu</b>	<b>Piracicaba</b>
<b>Pessoal empregado</b>	<b>Nacionais</b>	1384	2474
	<b>Estrangeiros</b>	2427	3579
	<b>Total</b>	3811	6053
<b>N. de estabelecimentos</b>		336	603

<b>Produção</b>			
<b>Aguardente</b>	<b>Em pipas</b>	263	2.756
<b>Algodão</b>	<b>Em arrobas</b>	7.890	17.790
<b>Arroz</b>	<b>Em litros</b>	460.500	1.323.350
<b>Açúcar</b>	<b>Em arrobas</b>	5.250	258.166
<b>Café</b>	<b>Em arrobas</b>	345.374	301.958
<b>Feijão</b>	<b>Em litros</b>	1.112.750	1.337.350
<b>Milho</b>	<b>Em litros</b>	5.699.000	11.522.000

Fonte: *Anuario estatístico de São Paulo (Brasil) 1905: estatística economica e moral*. São Paulo: Typ. Espindola & Comp., v. 2, T. 2, 1907. 1103 p - pg. 57 a 60

## **2. Padrão de trabalho na lavoura cafeeira**

O trabalho na lavoura cafeeira atendia a duas etapas bem distintas. A primeira era a da *formação do cafezal*, que envolvia a abertura de uma nova fazenda ou de áreas novas dentro de uma propriedade já produtiva e consistia na derrubada da mata, na preparação do terreno para plantação e na formação do cafezal propriamente dita. A segunda etapa era a da *manutenção* das fazendas (ou áreas) já produtivas. Cada uma destas duas etapas requeria atividades muito diferenciadas ao longo do ano agrícola.

A primeira etapa, a da *formação do cafezal*, era feita apenas uma vez, visto que a planta, já transformada em arbusto, durava décadas. Ela envolvia as tarefas de desmatamento (ou derrubada), queimada e destocamento (quando se retiravam os tocos de árvores), preparo do solo para a plantação e a semeadura do café.

Este trabalho de desmatamento e preparação do solo para a semeadura tinha início geralmente no mês de abril, após terminada a época das chuvas (Ramos: 1923, 89; Alvim: 1986, 77). Como a terra onde o novo cafezal ia ser formado era geralmente coberta de mata virgem, o primeiro trabalho a ser realizado era eliminá-la. Este principiava pela roçada com foice e facão dos arbustos existentes entre as árvores maiores. Roçado este mato miúdo, procedia-se a derrubada, com o machado, das árvores maiores. Quando, depois de certo tempo, a vegetação derrubada secava, ateava-se fogo na área e, depois, arrancavam-se os tocos remanescentes das árvores. No todo, a atividade de formação se estendia por alguns meses: entre março e abril, ocorria a derrubada; em maio, junho e parte de julho, deixava-se secar as árvores abatidas; e em parte de julho e agosto,

fazia-se a queimada (Alvim: 1986, 78).

Limpo o terreno, marcavam-se os locais dos futuros cafeeiros e faziam-se as covas para receber as sementes ou mudas dos futuros pés de café. A semeadura do café era feita diretamente no terreno definitivo nos meses de setembro ou outubro.

A partir de então e durante aproximadamente quatro anos, dava-se o período denominado de formação do cafezal. Neste período o terreno devia ser mantido limpo para que a vegetação concorrente do café não inviabilizasse o que havia sido plantado. Para isto, realizavam-se de 4 a 6 capinas anuais e a replanta de pés de café nas covas em que os pés originalmente plantados não haviam vingado.

Para as fazendas já constituídas e produtivas (aproximadamente após o quinto ano depois que o cafezal havia sido plantado), a *manutenção* da produção cafeeira era subdividida nas tarefas de *capina*, de *colheita* e de *beneficiamento* do café já colhido.

A primeira tarefa, a da *capina* ou *carpição* do terreno, consistia em arrancar os capinzais e ervas daninhas com a enxada e com as mãos. A *capina* ou *carpição* (também chamada de *limpa* ou *cultivo*) era parte do *trato*, um termo mais geral que incluía também a remoção de galhos mortos, replantio de mudas mortas, coroação da terra antes da colheita e espalhamento do cisco depois da terminada a colheita. Esta tarefa devia ser realizada com regularidade, pois caso contrário as plantas jovens não se desenvolveriam e os cafeeiros mais velhos se tornariam improdutivos. Cuidados inadequados, portanto, reduziam em muito a colheita.

Apesar da existência dos capinadores mecânicos naquele período (Queiroz: 1895, 93-94), a capina era realizada ainda com o uso da enxada tornando este trabalho mais contínuo e regular ao longo do ano. Se entre uma colheita e outra devia ser feita em média cinco capinas e se cada trabalhador costumava cuidar de mais de dois mil pés (Davatz: 1980, 65), o trabalho de *capinar* os pés de café acabava por ser o mais contínuo. O ano agrícola costumava durar de outubro a setembro e, dentro dele, o trabalho de capinar costumava ser feito entre novembro e abril, com intervalos (tempo vagante) neste período.

Excluindo-se a tarefa mais contínua e regular na qual consistia a carpição, o restante das inúmeras outras tarefas da fazenda cafeeira e, mesmo da cultura do cafezal, era sazonal. Além dos cuidados dos pés de café, na entressafra (período entre duas colheitas e quando deviam ser realizadas as cinco capinas acima referidas) eram realizadas também as tarefas de poda, decote e extrusão das árvores (*Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*: 1912, 21).

A etapa da colheita era a de maior trabalho na lavoura cafeeira e durava cerca de quatro meses e meio, abarcando em São Paulo os meses de maio a agosto. Neste momento do ano agrícola, todos os esforços deviam estar concentrados para a realização desta tarefa: “*É excusado dizer que a colheita do café constitue a grande faina da época [...] Isto quer dizer que se povoam os terreiros...*” (*Condições da Lavoura*: 1905, 193).

Uma vez que no Brasil as cerejas de café amadureciam praticamente todas ao mesmo tempo,<sup>2</sup> a colheita precisava ser feita apenas uma vez em cada cafezal. Ela devia ser feita de maneira a estar finalizada antes de as chuvas começarem. O início da brotação, que resultaria nos frutos que seriam colhidos no próximo ano, acontecia logo após o término da colheita, entre setembro e novembro, coincidindo com o começo das chuvas. Se a colheita se atrasasse ou se não fosse feita, ela interferiria na

---

<sup>2</sup> Apesar de as cerejas irem amadurecendo aos poucos em cada pé de café, aqui no Brasil, as épocas de florescência, frutificação e amadurecimento eram bem marcadas, diferentemente do que acontecia nas terras altas da Colômbia e América Central, onde os ramos dos cafeeiros ficavam carregados de flores, frutos verdes e cerejas maduras simultaneamente durante a maior parte do ano. (Holloway: 1984, 55).

florada e, portanto, na colheita posterior, de maneira adversa (Holloway: 1984, 57).

Ao mesmo tempo em que a colheita era realizada, eram requeridos os trabalhos de transporte (carregamento dos carros e transporte do café dos campos até o terreiro e às máquinas onde os frutos seriam beneficiados) e de beneficiamento do fruto colhido.

O beneficiamento do café devia se dar praticamente concomitante à colheita, o que fazia que neste período ocorresse o pico de demanda de trabalho: “*É frequente no Brazil guardar-se [o café colhido] para ser despulpado no dia seguinte ao da colheita, ou mesmo para mais um ou dois dias, o café reservado áquella operação*” (Ramos: 1923, 149).

Ao mesmo tempo em que os cafés estavam sendo colhidos, eram levados quase que diariamente para os terreiros, onde seriam espalhados ao sol para secar. Por alguns dias seguidos o café seria mexido com o rodo várias vezes diariamente e amontoado e coberto no final do dia, até que ele estivesse seco e pudesse ser transportado às máquinas para beneficiamento.

Logo após o beneficiamento, o café devia ser ensacado e transportado até as estações ferroviárias mais próximas. O ano agrícola era dado por terminado quando, finda a colheita, acontecia o “*espalhamento do cisco*” (ou a última capina).

Percebe-se que as tarefas eram descontínuas e sazonais, implicando demandas de trabalho variadas ao longo do ano, diferenciadas por tipo de tarefa, por quantidade de trabalhadores ou por intensidade de trabalho. Nas fazendas em que havia áreas de café em formação paralelamente às áreas já produtivas, o pico de demanda de trabalho era ainda mais acentuado, pois a preparação do terreno e o plantio deviam acontecer no mesmo momento em que ocorria a colheita. Era, então, no momento da colheita e beneficiamento que o pico de demanda por mão de obra acontecia: “*A colheita marca o período de maior actividade nas fazendas e exige a cooperação de todo o pessoal valido – homens, mulheres e crianças – resultando desse facto a grande procura de operarios, que nunca serão demais para o serviço*” (Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras publicas do Estado de São Paulo: 1912, 21).

Neste momento, todos os recursos deveriam ser canalizados para a efetivação da colheita que exigia tarefas variadas (não só as da colheita propriamente dita, mas também do transporte e beneficiamento) que, por sua vez, deveriam ser levadas a cabo em ritmo intenso e num prazo curto.

A lavoura cafeeira, portanto, apesar de exigir grande quantidade de mão de obra permanente (para os *tratos culturais* ou *capinas*), ainda assim mantinha diferenças significativas quanto às exigências de trabalho ao longo do ano agrícola: “*O segundo embaraço [referindo-se à dificuldade de mecanização da etapa da capina] resulta do **desequilíbrio** entre o número de trabalhadores necessários para o tratamento dos cafezaes e o reclamado pelos trabalhos das colheitas; **este último muito maior***” (Ramos: 1923, 104. (grifo nosso)

Segundo estatística realizada em 1900 pela Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de São Paulo, para o período da colheita eram necessários, em média, 54% mais trabalhadores (Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo: 1900). Em 1880, Luiz Monteiro Caminhoá, ao visitar fazendas de café e de cana no Rio de Janeiro e em São Paulo, notou que a média de trabalhadores que ia para a lavoura continuamente era de 61% do total de trabalhadores escravos (Caminhoá: 1880). Estas porcentagens se assemelham às encontradas por Bassanezi ao estudar os documentos da Fazenda Santa Gertrudes no interior de São Paulo, que mostram que os colonos representavam pouco mais da metade do total de trabalhadores da fazenda Santa Gertrudes entre 1895 e 1930 (Bassanezi: 1973, 246).

Além das atividades diretas necessárias para o tratamento, colheita e beneficiamento do café, a manutenção de uma fazenda cafeeira exigia outras tantas atividades para seu pleno funcionamento: trabalhos de conserto das instalações, trabalho nas serrarias, carpintaria, ferraria de animais, olaria, pessoal para o cuidado com os currais dos animais de tração, etc. A manutenção de toda a empresa agrícola cafeeira exigia, assim, os mais variados tipos de trabalho, em momentos diferentes no tempo e com exigências também diferentes quanto ao número de trabalhadores. Era necessário um certo número de pessoal permanente para o trabalho regular de capina dos cafezais; um outro número de trabalhadores temporários para as tarefas diversas da fazenda; outro número, maior ainda, para a colheita e beneficiamento do café. Cada atividade, dependendo das tarefas requeridas, do tempo necessário para efetua-la e do número de trabalhadores necessários, correspondia a um determinado tipo de trabalho: fixo ou temporário.

### 3. Padrão de trabalho na lavoura canavieira

Entre as lavouras chamadas *lavouras comerciais* na documentação da época (café, cana-de-açúcar, algodão e fumo), a lavoura canavieira era, depois da do café, a mais importante no estado de São Paulo<sup>3</sup>. Ela havia sido responsável pelo ciclo de crescimento econômico paulista durante o século XIX e, posteriormente, após um pequeno recuo, quando deixou espaço para o avanço do café, continuou também a avançar em várias áreas do Oeste paulista ao lado dele.

O crescimento concomitante ao café durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX foi derivado do aumento do consumo doméstico que, por sua vez, foi impulsionado pelo grande crescimento populacional no estado. Portanto, essa “segunda fase” da cana-de-açúcar em São Paulo era voltada ao mercado interno, diferentemente daquela primeira fase, chamada “ciclo do açúcar”, voltada ao mercado externo (Melo: 2006). Em 1903, Julio Brandão Sobrinho inspetor agrícola do Estado, explicava esta segunda fase:

A decadencia não foi tão considerável nem manifesta, já porque não constituia artigo de exportação, já porque sem numero de engenhocas espalhadas em todo o Estado e multiplicando-se em cada anno reclamavam a materia prima que se transformava quasi exclusivamente em rapadura para satisfazer ás necessidades da população da roça e, principalmente, em aguardente que deixou em todos os tempos um lucro nunca inferior a 50%. (Sobrinho: 1903, 560)

Os engenhos destinados ao fabrico do açúcar e da aguardente dividiam-se em duas classes: centrais e pequenos engenhos e engenhocas. Em 1903, o Estado de São Paulo contava com 10 engenhos centrais de açúcar e o número de pequenos engenhos e engenhocas havia sido estimado, três anos antes, em 2.494 engenhocas, sendo 2.299 para aguardente, 123 para assucar e 72 para rapadura (Sobrinho: 1903, 577).

Os engenhos centrais, que incorporavam as inovações da Revolução Industrial na produção dos derivados de cana, como a moenda a vapor e as turbinas centrifugadoras, haviam sido fundados nas duas últimas décadas do século XIX e estavam localizados em Piracicaba, Villa Rafard, Porto Feliz, Lorena, São Simão, Franca, Araraquara, Jabotical e Pirassununga.

Apesar da importância dos engenhos centrais, por volta do início do século XX, mais de

---

3 Note-se que as lavouras chamadas “comerciais” eram aquelas que haviam sido voltadas, em algum momento da história brasileira, para o abastecimento do mercado externo. Não significava, no entanto, que elas ainda eram voltadas para a exportação, como é o caso do algodão e da cana-de-açúcar que, no período abrangido por esta pesquisa, tinham como destino abastecer o mercado doméstico paulista. A documentação excluía das lavouras chamadas comerciais uma ampla gama de produtos voltados para abastecer os mercados locais mas que nunca haviam sido cultivados com vista ao mercado externo, como o milho, o feijão, o arroz, entre outros. Portanto, o termo “lavouras comerciais” usado pelas fontes do período não abarcavam a totalidade das lavouras destinados ao mercado.



80% de todo o açúcar e quase a totalidade da aguardente produzidos em São Paulo eram provenientes dos engenhos. Da produção total de açúcar estimada no estado em 65.661.530 kg em 1901/1902, as engenhocas foram responsáveis por 86,21% e, do total de aguardente, estimado em 80.421.167 litros, responderam por 98,67% (Sobrinho: 1903, 587-588).

A produção de cana-de-açúcar estava distribuída por praticamente todas as regiões do estado de São Paulo, excluindo-se o 1º e 2º distritos onde ela era feita em pequena escala. A principal região canavieira era aquela que havia sido responsável pelo ciclo do açúcar paulista no século XVIII e que ficou conhecida como “quadrilátero do açúcar” e que coincidia em boa medida com o 5º distrito agrônômico. Segundo dados do *Recenseamento agrícola do Estado*, de 1901, publicados no *Anuário Estatístico de São Paulo* e constantes da Tabela 6, aquela região respondia por 48% da produção, com destaque para os municípios de Piracicaba, Capivari e Porto Feliz. A lavoura canavieira também era bem desenvolvida no 3º distrito, responsável por 86,7% da produção de aguardente. (Anuario estatístico de São Paulo (Brasil) 1905: *estatística economica e moral*: 1907, 57-60). Segundo Julio Brandão, no 3º distrito agrônômico, onde ele era o inspetor de agricultura, a cana-de-açúcar era a principal cultura depois do café:

Esta constitue a melhor lavoura, depois da do café, principalmente nos municipios de Franca, S. Simão, Pirassununga, S. João da Boa Vista, Jardinópolis, Sertãozinho, etc. Abrangendo as plantações existentes uma área de 6.237 alqueires divididos por 540 fazendas principais produzindo 35.000 pipas de aguardente e cerca de 1.000.000 arrobas de assucar provenientes de 2 usinas de 1ª ordem, 6 de 2ª ordem e 501 engenhocas, sendo 20 centraes, 64 movidas por agua, 131 por vapor e 286 por animal. (Sobrinho: 1903, 562)

As canas mais cultivadas em São Paulo eram: a rosa, a riscada, a roxa, a bourbon, a cayenna e a taquára. A primeira era “*a que mais perfilha e engrossa, e é reputada, por todos, como a melhor para assucar*” (Sobrinho: 1903, 571); a roxa era preferida para o fabrico do aguardente; a bourbon era a mais cultivada pelos proprietários das pequenas engenhocas, por ser muito tenra e caldosa; as demais variedades apresentavam inconvenientes; e a canna taquára, “*mui comum no norte do Estado, não presta para nada senão para forragem.*” (Sobrinho: 1903, 571).

O trabalho na agromanufatura canavieira consistia de duas fases: a fase agrícola, quando se plantava a cana-de-açúcar; e a fase manufatora, quando se extraíam os derivados do produto da lavoura - melado, açúcar, aguardente e álcool.

A primeira fase, a fase agrícola, era também dividida em três etapas: a da *plantação*; a do *trato* ou *capina* (realizados até que a cana atingisse a maturidade para ser cortada); e o *corte* propriamente dito.

Sendo uma lavoura temporária, a cana-de-açúcar não era plantada todos os anos e nem o período entre uma plantação e outra era regular de região para região. No 3º distrito, a cana-de-açúcar, uma vez plantada, durava entre 16 e 20 anos; em Araraquara e outros pontos a duração podia chegar a 6 anos; e, nas demais localidades, a cana era replantada de três em três anos ou de quatro em quatro anos (Sobrinho: 1903, 571).

O período de plantação no estado de São Paulo ia de setembro a dezembro, mas era costume plantá-la principalmente entre novembro e dezembro.

A época da safra, quando a cana-de-açúcar era cortada e moída, costumava ir de maio a meado de novembro. A moagem da cana, onde o melado é extraído, depois fervido,

clarificado, coado, temperado e purgado, até que se obtenha o açúcar, iniciava-se, logo após o início do seu corte e tinha de ocorrer praticamente ao mesmo tempo que ele para evitar que a cana cortada se estragasse.

Na enfressafra, entre o plantio e o corte, todo o tratamento limitava-se a três capinas por ano.

As exigências de trabalho na lavoura canavieira eram ainda mais sazonais que no café. Ao necessitar de apenas três capinas por ano (enquanto o café necessitava de, no mínimo, cinco) o número de trabalhadores para as tarefas da entressafra era pequeno. Além do mais, havia localidades em que a cana, depois de plantada, durava muito tempo (como no 3º distrito) não havendo praticamente necessidade de mão de obra para o plantio. Somado a este fato estava o de que a necessidade de capina ia diminuindo com a idade da plantação. Assim, nas regiões onde a cana-de-açúcar tinha de ser replantada com mais frequência eram menores as diferenças entre as necessidades de mão de obra nos períodos de plantio, safra e entressafra (quando ocorriam as capinas).

A agromanufatura canavieira apresentava também grande sazonalidade nas exigências de trabalho porque as tarefas da safra tinham um período muito rígido para serem efetuadas. Dessa maneira, durante a época de corte, a necessidade de trabalho elevava-se muito e repentinamente:

Antes de 1º de Maio, na primeira quinzena mesmo deste mez, as cannas não se prestam ainda á moagem, tendo ainda um grão saccharino mui pequeno; depois de 15 de Novembro, póde-se dizer mesmo no mez de Novembro, a diminuição do assucar é notável, elle transforma-se em glucose, ou as cannas passam, e as moendas não funcionam mais por não haver, portanto, materia prima [...] (Sobrinho: 1903, 582)

Além do mais, a implantação dos engenhos centrais em alguns municípios do estado aumentou a diferença entre o quantum de trabalho exigido na safra e o exigido na entressafra ao fazer crescer a produtividade na fase industrial sem alterar a produtividade da fase agrícola, já que na lavoura, “*o sistema de cultivo e[ra] o rotineiro que todos conhecem*”. (Sobrinho: 1903, 580) Assim, aumentou-se a necessidade de trabalhadores para o corte para dar conta de abastecer em menor tempo e em maior quantidade as moendas (Terci: 1991).

Sabe-se que a produção açucareira não é constituída apenas pelas atividades agrícolas. Para se transformar a cana-de-açúcar e açúcar propriamente dito, faz-se necessário o processo industrial, que se inicia com a moagem da cana, de onde o melado é extraído, depois fervido, clarificado, coado, temperado e purgado, até que se obtenha o açúcar. Este é um processo em cadeia, que exige maior especialização da mão-de-obra, onde os trabalhadores são designados de acordo com as operações que realizam: caldeireiros, tacheiros, purgadores, etc (Terci: 1991, 11).

O processo de fabricação do açúcar, porém, não era uma atividade que perdurava o ano todo. A moagem da cana inicia-se, geralmente, um mês após o início do seu corte (ocorrido geralmente no mês de maio), entre os meses de julho e janeiro, após o que o maquinário passava por uma restauração nas oficinas anexas mantidas pela própria usina: “*Convido aos operários a comparecerem ao Engenho no dia 01 de julho p.f. visto Ter-se de começar brevemente o trabalho da presente safra. Piracicaba, 25 de junho de 1889*” (Gazeta de Piracicaba, 26/06/1889).

Percebe-se, portanto, que o processo de trabalho na lavoura canavieira era marcado pela sazonalidade nos quantuns de trabalho, condicionando exigências sazonais de mão de obra. Esta padrão de trabalho, por sua vez, acarretava em exigência maior de mão de obra no período da

safras e acabava por configurar a existência de operários fixos, que trabalham o ano todo e temporários, que trabalham durante a moagem e são dispensados na entressafra.

#### **4. O trabalho temporário na atividade cafeeira**

Após a Abolição, nas fazendas cafeeiras passaram a vigorar, geralmente, três formas de contrato de trabalho: “a de salário, a de apanhadores e a de colono” (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho: 1912, 20). As duas primeiras formas de contrato eram voltadas para os trabalhadores temporários contratados para tarefas específicas. A terceira forma, a de colono, referia-se a um tipo de contrato de trabalho que durava o ano todo mas, na prática, era uma mescla de trabalho para si, de trabalho regular e de trabalho temporário para o fazendeiro.

Nas fazendas com cafeeiros já em idade produtiva, o proprietário assalariava temporariamente trabalhadores para fazer frente às maiores exigências de trabalho no plantio e na colheita (especialmente) e procurava manter residindo na propriedade sua exigência média de braços, representada pelo número de trabalhadores necessários para os tratos culturais. Estes trabalhadores residentes responsáveis pelos tratos culturais eram aqueles contratados sob o sistema de colonato. Logo, a quantidade de colono não era estimada pelo pico, mas pela base, isto é, pela exigência média necessária para a manutenção do cafezal que deveria ser cuidado independentemente da previsão de colheita futura.

O sistema de colonato previa quatro tipos de remuneração, de acordo com as tarefas executadas: 1) uma parcela monetária fixa paga anualmente para os tratos culturais (trato ou capina) de determinado número de pés de café; 2) um pagamento monetário variável proporcional (pela colheita); 3) um pagamento monetário variável por dia de serviço ou por tarefa, pago por atividades extras exercidas pelo colono ou seus familiares; e 4) um pagamento não monetário, equivalente à possibilidade de o colono e sua família usufruírem dos produtos de parcela de terra da fazenda por eles cultivada com culturas alimentares.

Cada tipo de remuneração se relacionava a um tipo de tarefa desempenhada bem como com sua regularidade ou não. O pagamento fixo se referia exclusivamente ao trabalho que era fixo, assíduo, isto é, ao trato do cafezal. Já os pagamentos variáveis correspondiam às tarefas que eram mais sazonais e mais instáveis de ano para ano. E o pagamento na forma de usufruto da terra se referia ao pagamento das tarefas não produtivas do cafezal, isto é, nas tarefas que o colono e sua família desempenhavam nas suas próprias culturas alimentares ou no cuidado dos animais quando o cafezal não exigisse o seu trabalho.

O pagamento monetário fixo se referia exclusivamente ao trabalho que era permanente, isto é, que deveria ser feito algumas vezes no ano e que tinha de ser realizado independentemente do volume da colheita. Referia-se ao trabalho mais assíduo que o cafezal exigia e que se distribuía ao longo do ano agrícola - consistia na carpição ou capina que ocorria, em geral, cinco vezes por ano.

O pagamento monetário variável proporcional referia-se ao trabalho na colheita e correspondia a um trabalho sazonal, isto é, ao trabalho na tarefa que era mais inconstante, fosse pelo fato de ocorrer apenas uma vez ao ano, fosse pelo fato de a quantidade de trabalho em cada colheita depender da produtividade das plantas em cada ano. Era uma remuneração variável, pois era paga de acordo com o volume de café colhido medido em alqueire (medida que equivalia a 50 litros).

A remuneração por serviços extraordinários que os membros individuais da família viessem a efetuar durante o ano (não relacionados com o trato e a colheita) era baseada no dia de serviço ou na tarefa executada. A utilização extraordinária do trabalho dos colonos e de seus familiares era feita na medida das necessidades da fazenda e segundo o andamento das tarefas ordinárias (trato e colheita) correspondentes a cada família. Tais serviços abrangiam roçadas de pastos, confecção ou consertos de cercas, feitura de covas, movimentação do café no terreiro, etc. O pagamento desses serviços não era efetuado aos indivíduos trabalhadores, mas à família, através do seu chefe, no fim do ano agrícola (Sallum Jr.: 1982, 100). Este pagamento monetário variável por dia de trabalho ou

por tarefa extra realizada referia-se ao pagamento de uma tarefa esporádica, correspondente às atividades menos assíduas da fazenda cafeeira.

O pagamento não-monetário se dava sob a forma de concessão de usufruto de terras da fazenda para o plantio do milho, feijão e, às vezes, arroz. A quantidade de terras cedidas era proporcional ao número de cafeeiros cultivados pela família do colono. A proporção e a localização das terras variavam bastante de zona para zona de produção e, mesmo, de fazenda para fazenda. As terras passíveis de serem cultivadas pelos colonos podiam estar localizadas fora do cafezal, dentro do cafezal já formado (mais de cinco anos) mas não fechado, ou dentro dos cafezais em formação (Faleiros: 2007). Este não pagamento feito por meio da concessão de um pedaço de terreno, correspondia aos tempos mortos do café (resultado da diferença entre trabalho de produção e tempo de trabalho).

O sistema de colonato não era apenas um sistema misto de remuneração mas era também um sistema misto de trabalho, combinando o trabalho permanente e o trabalho temporário. Além de mesclar o trabalho fixo (o trabalho do colono na capina) com o trabalho temporário do próprio colono (em tarefas extras efetuadas nos tempos mortos do café), o sistema de colonato mesclava o trabalho do colono com o trabalho temporário de sua família, a qual consistia num reservatório de mão de obra temporária utilizada nos momentos de pico de trabalho nas fazendas (a colheita).

Além do colonato, por volta de 1912 costumavam vigorar duas outras formas de contrato de trabalho nas fazendas cafeeiras paulistas: a de salário e a de apanhadores. Estas duas formas referiam-se, geralmente, a trabalhadores temporários não residentes (diferente, portanto, do colono) contratados para tarefas específicas e sazonais.

Os trabalhadores a salário eram contratados geralmente pela própria administração da fazenda e seus contratos podiam ser semanais, quinzenais ou mensais (diferente, novamente do colono, cujo contrato durava um ano). Segundo o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho por volta de 1912, aos trabalhadores assalariados pagava-se “por 10 horas de serviço de 2 a 3 mil réis, com alimentação e alojamento, ou de 3 a 4 mil réis, com alojamento mas sem alimentação”(Boletim do Departamento Estadual do Trabalho: 1912). Todos estes trabalhadores ficavam dispostos em alojamento fornecido pelas fazendas enquanto durasse o contrato.

A bibliografia e a documentação costumam chamar o trabalhador contratado a salário como camarada. No entanto, na prática, o que se verificava era uma infinidade de designações e ocupações que dificulta o estudo desta categoria de trabalhadores. A bibliografia mais geral, quando trata da estrutura do trabalho nas fazendas de café paulistas costuma dividir os trabalhadores em: colonos (incluindo seus familiares), camaradas e empreiteiros.

Os trabalhadores contratados na base salarial na Fazenda Santa Gertrudes representavam uma média de 49,5% do total de empregados registrados nos livros conta correntes da Fazenda entre 1895 e 1930. Destes, 41,5% eram camaradas ou tinham “ocupações especializadas” ou exerciam “ocupações não especializadas” ou, ainda, “transferiam de ocupação” (Bassanezi: 1973, 132)

Muitos dos empreiteiros levavam suas turmas de trabalhadores de fazenda para fazenda.

Estas “turmas nômades” permaneciam temporariamente em uma ou outra fazenda, recebendo o pagamento por dia especialmente no período da colheita ou quando a escassez de colonos ou o abandono imprevisto da fazenda por parte destes requeria um emprego suplementar de mão de obra no cafezal:

Quando o numero de familias é insufficiente, ajustam-se turmas volantes de nacionaes em sua quasi totalidade, ás quaes, de preferencia, se confia o trabalho de movimentar o café nos terreiros mas que, em

casos de necessidade aliás frequentes, são utilizadas nas carpas ou limpas dos trechos de cafezaes não colonizados, assim como no apanho das cerejas. Concluída a colheita é dispensada, em geral, toda essa

gente, salvo no caso de persistir a deficiência de colonos (Ramos: 1923, 203).

Havia também as turmas nômades que realizavam trabalhos especializados, tais como a poda, o decote e a extrusão dos arbustos de café, ou a turma de matadores de formigas. A poda, por exemplo, atividade especializada importante para manter a produtividade do cafeeiro, costumava ser efetuada por turmas de podadores que migravam de uma fazenda a outra executando este serviço.

Havia também aqueles empreiteiros que se ofereciam para serviços diferentes ajustando pessoal em quantidade e com habilidade adequadas para a realização das tarefas podendo desde podar cafeeiros até plantá-los ou então, fazer cercas de arames ou quaisquer outros serviços:

*“Empreiteiros. Os empreiteiros abaixo assinados encarregam-se de podar café e fazer plantação do*

*mesmo, dispondo-os de pessoal muito abilitados, encarregam-se também de fazer cerca de arame e qualquer outro serviço concernente a sua longa practica.” (Gazeta de Piracicaba: 28 dez 1893)*

Outro tipo de contrato vigente nas fazendas cafeeiras, segundo o Departamento Estadual do Trabalho, era o de apanhadores, cujo contrato durava o tempo da colheita:

No contrato de apanhadores de café, que dura o tempo da colheita (tres a quatro meses), obriga-se o fazendeiro a fornecer gratuitamente ao apanhador transporte da estação próxima á fazenda e desta àquela depois de terminada a colheita, casa de moradia e pagamento semanal, quinzenal ou mensal. [...]... por 50 litros de café colhido, limpo, ensacado e entregue nos carregadores, para a respectiva medição (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho: 1912, 21)

Os contratados não poderiam abandonar a fazenda antes de terminar a colheita. Se o fizesse, perderiam um terço do que tivessem ganho e não teriam o direito aos meios de transporte da

fazenda à estação mais próxima (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho: 1912, 25). Após a colheita, estes trabalhadores contratados como apanhadores eram, em geral, dispensados. Eram pagos por volume colhido, assim como os colonos e seus familiares, e também eram contratados, preferencialmente, em núcleos familiares, chamados famílias de apanhadores. Na época de demanda intensa de trabalho quando as famílias não eram suficientes<sup>5</sup> as fazendas também contratavam os apanhadores avulsos, denominados solteiros. Estes podiam ser contratados

individualmente, porém geralmente eram contratados em turmas sob a responsabilidade de um empreiteiro:

Quando o fazendeiro não dispõe de colonos suficientes, engaja turmas de pessoal para apanha. Essas turmas, a que habitualmente se dá o nome de turmas de solteiros são pagas a jornal e retiram-se findo o serviço. Quase todo esse pessoal reside em outros Estados de onde vem em auxílio das fazendas, tal como na França e na Argentina onde para o trabalho das colheitas chegam trabalhadores italianos temporariamente engajados (Ramos: 1923, 120)

Estas turmas de apanhadores eram compostas de migrantes nacionais mas também era muito comum serem requisitadas no próprio município onde a fazenda estava localizada: “*Colhedores.*

*Precisa-se de uma turma de 15 a 20 pessoas para colher café. Paga-se bem. Para tratar com o major*

*José da Cruz Moraes Sampaio.*” (Gazeta de Piracicaba: 19 jun 1909).

## **5. Trabalho temporário na economia açucareira**

Assim como na lavoura cafeeira, o sistema de trabalho, geralmente, praticado nas fazendas canavieiras da região de Piracicaba envolvia diversos contratos de trabalho: colonato, empreitada e diarista (camaradas). (Terci: 1991, 223). Todos estes envolviam trabalhadores temporários.

O colono possuía uma área de terra, plantava a cana, cuidava, colhia, transportava e a entregava carregada sobre os vagões. A lavoura de cana era própria dos colonos, eles é que cuidavam e decidiam o quanto trabalhar, o seu único compromisso era entregar a cana. Se não quisesse trabalhar, ou se os membros de sua família fossem insuficientes, na época da colheita, principalmente, contratavam camaradas por sua conta. Todos os instrumentos pertenciam ao colono; o arado, as ferramentas e os animais para a lavoura.

O colono morava na fazenda com sua família, tinha direito à casa de morada, pasto para os animais e, no geral, a uma área destinada ao plantio de gêneros de subsistência. Os colonos trabalhavam por conta com suas famílias, recebiam tudo em nome dela. O pai recebia o pagamento pelo que ele fazia durante a semana. O que a fazenda fornecia, descontava e ele recebia o “x” líquido dele com a família e a fazenda tinha o compromisso com o pai. (Terci: 1991, 224).

O contrato de colonato na lavoura canavieira previa 3 formas de pagamento: salário fixo na entressafra (quando o trabalhador tinha apenas de capinar os canaviais), pagamento pela produção na época da safra (para a tarefa de corte da cana-de-açúcar) e não pagamento (nos tempos mortos da atividade canavieira, quando o colono e sua família se dedicavam ao trabalho na roça de alimentos).

O contrato era feito com o chefe da família, no entanto, na safra quando o trabalho familiar se intensificava e à medida que o final do ano agrícola se aproximava, a unidade familiar, sua totalidade, ia sendo incorporada à atividade do corte de cana, incluindo as mulheres e crianças. (Terci: 1991, 225)

Segundo Terci, o colonato, ao contratar famílias e lhes ceder terra para a lavoura de

alimentos, era uma forma de fixar a mão de obra na usina, assegurando-se um excedente considerável nos momentos da colheita, que requeria um maior contingente de trabalhadores e que podiam ocupar-se nas atividades que garantiam a reprodução familiar nos momentos em que a demanda de mão de obra diminuía. Além do mais, a roça de subsistência era utilizada nas fazendas de cana para reduzir os custos com a mão de obra pois permitia aos fazendeiros repassar aos trabalhadores as oscilações dos preços dos produtos na medida em que a referência para o pagamento destes era o preço conseguido pelo açúcar no mercado, como também porque eram os trabalhadores que arcavam com as incertezas da safra derivadas das geadas, chuvas em excesso, secas, etc. (Terci: 1991, 225)

Além do trabalho temporário dos familiares dos colonos, quando o trabalho de toda a família não conseguia dar conta da atividade do corte de cana, as turmas de camaradas das fazendas eram acionadas para auxiliar na empreitada, cujo serviço era descontado da família.

Embora o colonato se configurasse como importante relação de trabalho na agricultura, existia também o chamado empreiteiro, que se ocupava da organização das turmas de camaradas. Havia dois tipos de empreiteiros no período estudado: os que eram contratados para “tocar a lavoura”, incluindo todas as tarefas do plantio ao corte da cana, como os colonos, recebendo, porém, por tarefa realizada; e os que eram contratados apenas para o corte da cana, os quais também recebiam pela quantidade de feixes cortados. Estes eram recrutados internamente, entre as famílias que já houvessem concluído seu trabalho, ou externamente, quando a mão de obra permanente fosse insuficiente. (Terci: 1991, 255-256)

Nos meses finais da safra, diante de uma avaliação da atividade do corte, a administração das fazendas intensificava o trabalho e a empreitada familiar era complementada, ou através da contratação de camaradas pelos próprios empreiteiros ou com o trabalho dos diaristas das turmas das fazendas, ou ainda, através da contratação dos empreiteiros safristas, que moravam na cidade:

Engenho Central de Piracicaba precisando 2 turmas de 20 a 30 camaradas para serviços externos, convida os senhores empreiteiros que disponham de pessoal para vir combinar o serviço com o gerente deste estabelecimento. Outrossim ajusta-se individualmente pessoas habilitadas para serviço de roça e machado. O Gerente (Gazeta de Piracicaba: 01/03/1916).

Os empreiteiros contratados para “tocar a lavoura” também eram contratados juntamente com sua família. A empreitada era acertada com o chefe da família que, a princípio, considerava como força de trabalho os adultos do sexo masculino, para determinar a capacidade produtiva da unidade familiar e a área em hectares de lavoura a empreitar. Nos períodos de plantio e tratos culturais – entressafra – muitas vezes o contingente de mão de obra disponível por unidade familiar excedia as necessidades da empreitada e alguns membros podiam ajustar-se como diaristas nas turmas de camaradas das fazendas, com os diversos feitores. Porém, na safra, quando o trabalho se intensificava e à medida em que o final do ano agrícola se aproximava, a unidade familiar ia sendo na sua totalidade incorporada à atividade do corte de cana, incluindo as mulheres e crianças. Os empreiteiros eram escolhidos entre as famílias mais numerosas para permitir contar com uma reserva potencial de mão de obra (Terci: 1991, 260).

Nos meses finais da safra, diante de uma avaliação da atividade do corte, a administração das fazendas intensificava o trabalho, e a empreitada familiar era complementada, ou através da contratação de camaradas pelos próprios empreiteiros, ou com o trabalho dos diaristas das turmas das fazendas, ou ainda através da contratação dos empreiteiros safristas, que moravam nas cidades (Terci: 1991, 261). Analisando as folhas de pagamentos no Engenho Central, Terci notou o aumento significativo do número de empreiteiros no período de pico de demanda de mão de obra. Em 1927, dos 920 empreiteiros contratados, o maior número referia a cortadores de cana (599 ou 65%) e colhedores de café (44 ou 5%). (Terci: 1991, 253)

Era também chamado de empreiteiro a pessoa que se ocupava da organização das turmas de camaradas para trabalhos esporádicos.

Os camaradas classificavam-se como permanentes ou avulsos. O seu número se elevava, principalmente, nos meses de colheita, tanto os permanentes quanto os avulsos. As turmas de camaradas eram mantidas para a realização das atividades gerais da lavoura e/ou para auxiliar os colonos ou empreiteiros quando a mão de obra familiar era insuficiente para dar conta das atividades na porção de terra que lhes era destinada.

## 6. Considerações finais

Os colonos, por se manterem fixos ao longo do ano, eram mais facilmente visualizados no mundo rural e na documentação, e mais facilmente contabilizados. Geralmente contratados no início do ano agrícola, costumavam permanecer por pelo menos um ano na fazenda, tempo que durava o contrato de colonato. Quanto aos empreiteiros, camaradas, jornaleiros, apanhadores de café ou cortadores de cana, cujos contratos podiam ser feitos em base mensal, semanal, quinzenal ou diária e cuja contratação se dava o ano todo, sua visualização e quantificação é mais imprecisa ou mesmo impossível. De qualquer forma, em maior ou menor medida, estes trabalhadores estavam presentes em todas as plantações de café e de cana-de-açúcar, eram indispensáveis nas mais diversas tarefas das fazendas cafeeiras e canavieiras.

Além do mais, a uniformidade das tarefas desenvolvidas pelo colono torna esta categoria de trabalhadores mais fácil de ser visualizada no mundo do trabalho e mais facilmente descrita, o que facilita seu estudo enquanto grupo. Mesmo que as tarefas desenvolvidas pelos colonos fossem diversificadas, de maneira geral elas podiam ser agrupadas em dois tipos: o trato e colheita, no caso do café; e o plantio, trato e corte, no caso da cana-de-açúcar. Os assalariados, no entanto, eram contratados para uma infinidade de tarefas diferentes, por prazos diversificados e em momentos diferentes do ano.

Estes trabalhadores temporários podiam ser contratados diretamente pela administração da fazenda ou serem empregados indiretamente por meio de empreiteiros que tinham suas turmas de camaradas. Ou ainda, no caso das fazendas canavieiras, pelos próprios colonos quando eles e suas famílias não davam conta do trabalho.

Dada a variedade de tarefas executadas por trabalhadores a salário eles estavam presentes na fazenda praticamente durante o ano todo, mas suas tarefas e contratos eram intermitentes e sazonais.

Eles eram importantes para a plena realização dos vários trabalhos envolvidos na empresa rurais cafeeiras e canavieiras e, em alguns casos, até mesmo para as tarefas mais assíduas, tradicionalmente deixadas a cargo do colono: *“Precisa-se de uma turma de trabalhadores de roça para capinar café constituída de 15 ou 20 trabalhadores. Trata-se na rua Ipiranga, n.5”* (Gazeta de Piracicaba, 20/01/1903).

A pesquisa em jornais de dois municípios do Oeste Velho paulista, municípios policultores, densamente povoados e com presença da pequena propriedade, mostrou que muitos fazendeiros faziam uso rotineiro dos trabalhadores temporários sazonais residentes próximos à fazenda, uma vez que abundavam anúncios para contratação de serviços em suas propriedades.

Estes anúncios propunham os mais variados tipos de ocupações e de ajuste de trabalho: empreiteiros, camaradas, aradores e, especialmente, colhedores e cortadores. A fazenda Vassoural, uma das mais importantes do município de Itu no início do século XX, procurava, em anos diferentes, trabalhadores para diversas ocupações: *“Fazenda Vassoural. Nessa fazenda precisa-se de colhedores de café, como de trabalhadores de roça. Paga-se bem. Bem assim de alguns empreiteiros para fazer roçadas e picar lenhas.”* (A Cidade de Ytu: 07/ 06/1911).

Estes trabalhadores temporários podiam ser contratados em famílias ou individualmente. No geral, os camaradas eram contratados individualmente. O contrato do camarada era com o empreiteiro ou diretamente com a fazenda e durava o tempo da tarefa a ser realizada. Já os apanhadores de café e os empreiteiros para “tocar a lavoura” de cana-de-açúcar costumavam ser



contratados em famílias.

Estes trabalhadores temporários podiam desempenhar suas funções de maneira individual ou em turmas. Quando trabalhando em turmas, desempenhavam as funções de acordo com as ordens de um fiscal ou feitor de turma. Estes trabalhadores também podiam ter sido arregimentados por um empreiteiro e estar, portanto, trabalhando na fazenda sob as ordens deste. Para muitos trabalhos os fazendeiros contratavam turmas de trabalhadores, constituídas em 10, 20, 30 e até 40 pessoas: *“Empreiteiros. Precisa-se de 30 trabalhadores para serviço de lavoura, de café e cana na fazenda do Morro Grande, distante desta cidade uma hora e meia de viagem. Paga-se muito bem. Trata-se na mesma com Barreto & Cia”* (Gazeta de Piracicaba: 21 jun 1895).

Muitos dos empreiteiros levavam suas turmas de trabalhadores de fazenda para fazenda. Estas “turmas nômades” permaneciam temporariamente em uma ou outra fazenda, recebendo o pagamento por dia especialmente no período da colheita ou quando a escassez de colonos ou o abandono imprevisto da fazenda por parte destes requeria um emprego suplementar de mão de obra no cafezal:

Quando o numero de familias é insufficiente, ajustam-se turmas volantes de nacionaes em sua quasi totalidade, ás quaes, de preferencia, se confia o trabalho de movimentar o café nos terreiros mas que, em casos de necessidade aliás frequentes, são utilizadas nas carpas ou limpas dos trechos de cafezaes não colonizados, assim como no apanho das cerejas. Concluida a colheita é dispensada, em geral, toda essa gente, salvo no caso de persistir a deficiencia de colonos (Ramos: 1923, 203).

Outros trabalhadores por turma eram aqueles dedicados às tarefas de manutenção e expansão da infraestrutura da fazenda, os quais trabalhavam nas construções, consertos, limpeza dos pastos e valados, carpição de matos à beira do cafezal, consertos das estradas, etc. A Fazenda Santa Gertrudes, por exemplo, para o dia 22 de julho de 1914, registrou na Folha de diárias pagas, quatro pedreiros, mas estes tinham sob sua responsabilidade outras 13 pessoas trabalhando como servente (Bassanezi: 1973, 255).

Havia também aqueles empreiteiros que se ofereciam para serviços diferentes ajustando pessoal em quantidade e com habilidade adequadas para a realização das tarefas podendo desde podar cafeeiros até plantá-los ou então, fazer cercas de arames ou quaisquer outros serviços: *“Empreiteiros. Os empreiteiros abaixo assinados encarregam-se de podar café e fazer plantação do mesmo, dispondo-os de pessoal muito abilitados, encarregam-se também de fazer cerca de arame e qualquer outro serviço concernente a sua longa practica.”* (Gazeta de Piracicaba: 28 dez 1893).

Como os trabalhadores contratados diretamente pelos empreiteiros geralmente não constavam da documentação da fazenda, já que a fazenda contratava o empreiteiro com a preocupação apenas de que o trabalho fosse entregue pronto no prazo estipulado, os ajustes entre empreiteiros e trabalhadores da turma dificilmente podem ser reconstruídos pela documentação das fazendas.

Assim como os trabalhadores individuais contratados diretamente pela administração da fazenda, os empreiteiros e os trabalhadores por turma eram contratados na região de influência da fazenda, mas também era comum serem contratados em regiões circunzinhas mais distantes. As empreitadas para derrubar e formar cafezal bem como as empreitadas para podar os pés de café comumente requeriam trabalhadores de outros municípios. No jornal Gazeta de Piracicaba foram encontrados anúncios procurando por empreiteiros para formar cafezal nos municípios de Batataes, Botucatu, Brotas, São Carlos do Pinhal, São Pedro, Capivari, São Manuel do Paraíso e Charqueada:

Derrubada. Precisa-se de empreiteiros para roçar e derrubar de 25 a 30 alqueires de mata no município de São Carlos do Pinhal. A mata é boa tanto para roçar como para derrubar, e fica retirada da fazenda apenas 200 braças; dá-se casa para morada, e além da roçada, tem muito serviço na fazenda. Paga-se bem ( Gazeta de Piracicaba: 27 mar 1892).

Outros trabalhos geralmente entregues a empreiteiros com suas turmas de trabalhadores eram o de construção de toda a estrutura necessária para a formação de uma fazenda, como a

construção de moradias dos colonos, dos terreiros, das tulhas, do paiol, etc. Além dos camaradas que realizavam os

serviços não especializados da construção, estas turmas de trabalhadores assalariados era composta de

trabalhadores mais especializados: pedreiros, carpinteiros, marceneiros entre outros: “*Valleiros: na Fazenda Água Santa, distante 2 léguas desta cidade, precisa-se de uma turma de valeiros para retocar*

*vallos. Para tratar na mesma fazenda, com o administrador sr. Domingos da Rocha Meira. Paga-se*

*bem.*” (Gazeta de Piracicaba: 24 nov de 1892)

Como os trabalhadores contratados diretamente pelos empreiteiros geralmente não constavam da documentação da fazenda, já que a fazenda contratava o empreiteiro com a preocupação apenas de que o trabalho fosse entregue pronto no prazo estipulado, os ajustes entre empreiteiros e trabalhadores da turma dificilmente podem ser reconstruídos pela documentação das fazendas.

A pesquisa nos anúncios dos jornais dos dois municípios mostrou que era grande a procura por colhedores de café (e também, em Itu, para colhedores de algodão e, em Piracicaba, para cortadores de cana-de-açúcar), já prenunciando o que se tornaria padrão na agricultura brasileira paulista: a contratação sazonal de trabalhadores temporários sem vínculos com a

A dependência do trabalho agrícola em relação aos ciclos e incertezas naturais gerava uma demanda incerta e sazonal por trabalho. Assim, o trabalhador temporário era parte importante e necessária

na estruturação da atividade econômica da época, pois se adaptava à demanda incerta e sazonal. Excluindo-se os colonos propriamente ditos, que executavam os trabalhos mais

permanentes, e um outro número de trabalhadores mais ou menos fixos responsáveis pelos serviços gerais, o restante era constituído por trabalhadores contratados temporariamente que eram de extrema importância para a plena realização dos trabalhos da grande lavoura. Estes trabalhadores temporários

podiam ser familiares dos colonos (mulheres, crianças e idosos) contratados a salário esporadicamente para trabalhos extra ou como apanhadores na época da colheita. Podiam ser também trabalhadores não

residentes que mantinham diversos tipos de vínculos com a fazenda: assalariados não especializados

contratados na época da colheita; trabalhadores assalariados especializados contratados em qualquer

época do ano, trabalhadores contratados individualmente pela administração da fazenda ou por turmas

por meio de empreiteiro; famílias de apanhadores ou turmas de solteiros contratadas para as

colheitas.

## 7. Referências bibliográficas

*A Cidade de Ytu*. Itu, São Paulo, 1893 a 1915.

*Anuario estatístico de São Paulo (Brasil) 1905: estatística economica e moral*. (1907). São Paulo, Typ. Espindola & Comp., v. 2, T. 2.

*Almanak de Piracicaba para 1900*.

Alvim, Zuleika. (1986). *Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920*. São Paulo, Brasiliense.

Andrade, Manuel Correia de (1986). *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo, Atlas.

Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo (1973). *Fazenda de Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das*

*relações de trabalho em uma propriedade rural paulista (1895-1930)*. Rio Claro, SP: [s.n.] (Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras).

Beiguelman, Paula (1971). *A formação do povo no complexo cafeeiro. Aspectos políticos*. São Paulo, Edusp.

Caminhoá, Luiz Monteiro, *op. cit.*

Canabrava, Alice (1968). “A grande lavoura” In *História Geral da Civilização Brasileira*, Brasil Monárquico, tomo 2, v.4, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

Canabra, Alice P.; Mendes, Maria Tereza (1938). “A região de Piracicaba” In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. XLV.

Cardoso, Fernando Henrique (1997). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Paz e Terra.

Davatz, Thomas (1980). *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp.

Dean, Warren (1977). *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Eisenberg, Peter L. (1977). *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, São Paulo, UNICAMP.

Faleiros, Rogério Naques (2007). *Fronteiras do Café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-*

*1937)*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. (Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

*Gazeta de Piracicaba*. Piracicaba, São Paulo, 1882 a 1920.

Gorender, Jacob (1990). *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990.

Holloway, Thomas (1984). *Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Ianni, Octavio (1996). *Uma cidade antiga*. Campinas: Área de publicações CMU/Unicamp.

- Lamounier, Maria Lúcia (2000). “Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX” In *História Econômica & História de Empresas*, vol. III. 1, São Paulo, pp. 43-76.
- Lamounier, Maria Lúcia (2007). “Agricultura e mercado de trabalho. Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção das ferrovias em São Paulo, 1850-1890” In *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n.2, pp. 353-372.
- Martins, José de Souza (1979). *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Melo, José Evando Vieira de (2006). “Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX” In *Saeculum Revista de História*. João Pessoa/PB, n.14, Jan./ Jun. 2006.
- Milliet, Sérgio (1982). *Roteiro do Café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*. São Paulo, Hucitec/Instituto Nacional do Livro Fundação Nacional Pró-Memória.
- Monbeig, Pierre (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis.
- Moura, Denise A. Soares de (1998). *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas/São Paulo, Área de publicações CMU/Unicamp.
- Nardy Filho, Francisco (2000). *A Cidade de Ytu. Itu*, São Paulo: Ottoni.
- Petrone, Maria Tereza S. (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Queiroz, Luiz (1985). “Algumas palavras sobre a cultura do café.” In *Revista Agrícola*, ano 1, n. 6, 01 nov 1895.
- Ramos, Augusto (1923). *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro, Pap. Santa Helena.
- Ramos, Pedro (2001). “História econômica de Piracicaba (1765-1930): as particularidades do complexo canavieiro paulista” In Eliana T. Terzi (org.), *O desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectivas*. Piracicaba/São Paulo, Editora da Unimep, p. 57-84.
- Sallum Jr. Brasílio (1982). *Capitalismo e Cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo, Duas Cidades.
- Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras publicas do Estado de São Paulo (1912). “Condições do trabalho na lavoura cafeeira do Estado de São Paulo” In Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras publicas do Estado de São Paulo *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano 1, n.1-2.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1905). *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1904*. São Paulo, Typographia Brazil de Carlos Gerke.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1900). Estatística especial da lavoura de café nos municípios de Araçariguama, Atibaia, Bananal, Pilar, Sertãozinho e Redempção In Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim de Agricultura. Anno de 1900*. São Paulo: serie 1, n. 6, 1900, (suplemento)

- Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1905). Condições da Lavoura In Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1903, VI, n. 1.* São Paulo: Red. da Revista Agricola, 1905.
- Sallum Jr., Brasílio (1982). *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930.* São Paulo, Duas Cidades.
- Silva, José A. da. (1898). *Almanak Litterario e Commercial de Ytú, 1o anno.* Itu, São Paulo, Typ. do “Apostolado
- Sobrinho, Julio Brandão (1903). “Lavouras de canna e de algodão e Industrias do assucar e de tecidos, no Estado de São Paulo” In Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1903.* São Paulo, Red. da Revista Agricola, jan 1903.
- Stolcke, Verena; Hall, Michael (1983). “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo” In: *Revista Brasileira de História*, 3, n. 6, set. 1983.
- Terci, Eliana Tadeu (1991). *A agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social (1880-1930).* São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da PUCSP.
- Viotti da Costa, Emília (1977). *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo: Grijalbo.